

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

OS IMPACTOS DA LIBERALIZAÇÃO NO MERCADO BRASILEIRO

**Claudia Dionisio Esterminio
No. de matrícula**

**Prof: Paulo Faveret
Matrícula: 9614514**

JUNHO / 2000

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

OS IMPACTOS DA LIBERALIZAÇÃO NO MERCADO BRASILEIRO

**Claudia Dionisio Esterminio
No. de matrícula**

**Prof: Paulo Faveret
Matrícula: 9614514**

JUNHO / 2000

"Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor".

"As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor".

Gostaria de agradecer aos que me ajudaram nas diversas etapas deste trabalho:

À minha família, principalmente ao meu irmão pelo apoio e compreensão.

Ao meu orientador, Paulo Faveret, pela ajuda na elaboração desta monografia, principalmente na delimitação de um enfoque a ser explorado pelo tema escolhido.

A Ana Paula Ramos, do IPEA, que gentilmente forneceu dados, artigos e publicações relevantes para os estudos feito neste trabalho.

ÍNDICE

Introdução.....	6
Capítulo I- Liberalização Comercial.....	9
1.1- Teoria.....	9
1.2- História da liberalização comercial no Brasil.....	12
Capítulo II- Os impactos da liberalização sofridos no Setor produtivo.....	12
Capítulo III- Reestruturação Empresarial.....	20
Capítulo IV- Transformações sofridas nas empresas com ênfase no setor siderúrgico.....	23
Capítulo V-O emprego diante da Liberalização.....	27
Conclusão.....	30
Bibliografia.....	35

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1 Evolução da alíquota de importação.....	13
Tabela 2.1 Percentual dos manufaturados na pauta de exportação.....	15
Tabela 2.2 Variação do mark-up nos diversos setores no período de liberalização.....	18
Tabela 2.3 Índice de custo unitário da mão de obra.....	19
Tabela 4.1 Variação da produtividade do trabalho por setor da indústria de transformação (%) nos anos 93-97	25
Tabela 4.2 Grau de abertura do setor siderurgico.....	26
Tabela 5.1 Fração dos trabalhadores que trabalham por conta própria.....	28

I- INTRODUÇÃO

O processo de liberalização comercial teve início no final da década de 80, através da remoção de barreiras protecionistas, como o processo de redução gradual de tarifas. Precisamente em 1988, teve uma reforma tarifária, com alterações de regimes especiais. Houve eliminações como o imposto sobre operações financeiras que se relacionavam á transação de importação, taxa de melhoramento dos portos, entre outros. Neste momento, ainda não havia alterações nas barreiras não tarifárias.

Fazendo um breve histórico, é certo que o Brasil, já fez política baseada na substituição de importações em períodos anteriores, como exemplo no governo de JK, poderia reduzir a oferta de produtos e aumentar a margem de repasse nos preços.

Foram tomadas medidas concretas de política econômica, de modo a viabilizar a liberalização comercial. Neste período, a queda das tarifas foi notável, embora não tenha implicado em grandes desequilíbrios externos em um primeiro momento, já que as importações não sofreram grandes alterações.

Por outro lado, com a abertura de fronteiras, a economia fica mais vulnerável aos impactos externos. Por exemplo, no caso de uma desvalorização, causando aumento dos custos de insumos importados terá reflexos diretos na economia, com aumento do déficit comercial, aumento do preço do produto final causando certa pressão sobre os preços, etc.

Como existe concorrência com os produtos produzidos fora do país, nem sempre é possível repassar o aumento de custo aos preços dos produtos, criando deste modo, desvantagens momentâneas para as empresas que terão reduzidas suas margens de lucro.

A produtividade sofreu forte melhora no início da década de 90, com o aumento da concorrência, fazendo com que os ineficientes saíssem do mercado ou então se tornassem eficientes. Na monografia serão mostradas tabelas da PTF (produtividade total dos fatores), que comprovam esse aumento de produtividade.

A partir do plano Real, houve maior estabilidade macroeconômica, fazendo com que aumentasse a entrada de investimento estrangeiro direto, provocando maior diversificação do setor industrial brasileiro, acelerando ainda mais o processo de integração da economia brasileira no cenário internacional.

Na presente monografia, buscou-se estudar como se deu a liberalização comercial no Brasil e quais os seus impactos. O Brasil tem a peculiaridade de ter todo esse processo recentemente, o que dificulta um pouco em relação à obtenção de estatísticas confiáveis.

O primeiro capítulo trata de uma visão geral do processo de liberalização e sua evolução no Brasil. O segundo capítulo estuda o impacto sofrido na indústria como um todo, objetivando descobrir quais as consequências na produtividade. O terceiro capítulo estuda as mudanças internas das empresas para melhor competitividade no mercado internacional. No quarto capítulo, serão estudados os impactos sofridos nas empresas, dando maior ênfase ao caso do setor siderúrgico. No quinto capítulo, tratará como foco principal as alterações sofridas nas empresas e em especial no setor siderúrgico decorrentes do processo de liberalização. O último capítulo, analisa as mudanças sofridas

no emprego diante do processo de liberalização . Para conclusão, pretendo justificar a idéia de que a liberalização causou ganho de eficiência e melhora na produtividade, apesar de todas as perdas incorridas para alguns com o processo, o efeito líquido para a economia brasileira foi positivo.

O objetivo desta monografia é mostrar que de um modo geral, a liberalização comercial teve reflexos positivos na economia brasileira. O aumento do mercado representou aumento da oferta de produtos, conseqüentemente da concorrência e redução nos preços, ganho de eficiência e melhora na produtividade.

I- LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

1.1- Teoria

Liberalização comercial é a abertura das fronteiras, de modo que os países poderiam comercializar livremente. Para isto pode ocorrer incentivos, como redução de tarifas ou até a sua eliminação, visando aumentar o comércio inter-países.

O mercado está mais livre, com a ausência de medidas protecionistas. Haverá menos poderes para as empresas determinarem preços, o mercado é que seria o grande regulador. A essência dessa idéia já vem de primórdios da teoria econômica, com Adam Smith, só que era em um âmbito menor de atuação.

David Ricardo também era adepto do livre comércio com a idéias de que trocas são mutuamente benéficas para os países. É certo que sempre haverá um grupo de perdedores com o comércio internacional. Para a economia como um todo, é benéfico, o que compensaria a perda da minoria.

Alguns economistas levam a questão da influência na distribuição de renda como fator importante a ser notado. Com o comércio, há uma tendência de convergência entre os preços relativos: um país agrícola antes da abertura teria a relação preço de manufaturados/ preço dos agrícolas alto. Com a abertura, essa relação teria tendência de queda. Neste caso os proprietários de capital perdem e os proprietários rurais ganham. Países com baixa tecnologia, teriam a entrada de multinacionais, que reduziriam o preço

dos manufaturados, aumentando a eficiência e eliminando as empresas ineficientes de manufaturados.

Trocas gerariam melhora para os proprietários do fator específico da exportação e prejudicariam setores concorrentes da importação. Portanto causaria certa alteração estrutural na distribuição de renda.

Uma das vantagens do comércio internacional é a expansão da fronteira da curva de possibilidades de produção. Há possibilidades de consumir mais, mesmo com restrições na produção.

Além dos efeitos da distribuição, o comércio também altera as preferências dos consumidores, o progresso tecnológico dos países e a descoberta de novos recursos, Alguns economistas defendem a idéia de que é melhor permitir o comércio e compensar os prejudicados do que proibir o comércio. É melhor minimizar impactos sofridos como a distribuição de renda, ao invés de interromper fluxos comerciais.

Os fluxos comerciais são explicados, não só pela produtividade da mão-de-obra, mas sobretudo pelas diferenças dos recursos entre os países, seguindo as hipóteses do modelo Hecksecher- Ohlin. Com base no teorema de Stolper- Samuelson, o livre comércio levaria a um ganho real de renda do fator abundante no país, mais do que a perda real do fator escasso deste país. Deste modo, o comércio seria benéfico.

Segundo o modelo da origem de recursos, o comércio promove melhora do bem estar, com a introdução de novas opções provenientes de outros países. Haverá aumento da exportação de bens cuja produção é intensiva em fatores pelos quais eles são favorecidos pela abundância de recursos.

Em termos de preços relativos, no mundo real não se efetiva a equalização dos preços, já que há salários, aluguéis, níveis de tecnologia diferentes entre os países, há

também barreiras naturais (distância) e barreiras comerciais (tarifas diferentes, quotas, etc.), o que impossibilita esta equalização.

Como efeito positivo do livre comércio, foi o notável aumento do investimento estrangeiro direto que gera melhora na produtividade. Como consequência da entrada de tecnologias e equipamentos avançados, teríamos aumento da dotação de fatores e produtividade. Essa melhora da produtividade pode se dar por duas vias: modernizando os fatores já existentes ou aumentando o número de fatores avançados com a entrada dos investimentos estrangeiros diretos.

Segundo a literatura, há 3 argumentos que justificam o livre comércio:

- aumento da eficiência: na inexistência de proteção, não haveria os efeitos de distorções causados pelas tarifas. Pois a tarifa em um país pequeno, sem poder de influência no preço internacional, causaria distorções nos incentivos econômicos dos produtores e consumidores. Com o aumento da concorrência, haverá aumento da eficiência da indústria como um todo. Haverá a possibilidade da entrada de produtos com tecnologia de ponta, proporcionando melhoria de bem-estar dos consumidores.
- Ganhos adicionais do livre comércio: Haverá aumento de escala, além de maiores possibilidades de aprendizagem e inovações, diferindo de um padrão de comércio fechado com imposições tarifárias e distorções econômicas. Indústrias domésticas objetivam concorrer com importação e até mesmo expandir suas exportações.
- Argumento político: é provável que qualquer órgão do governo que seja a favor da intervenção, sofra pressões de grupos específicos, causando posições mais vantajosas para esse grupo politicamente influente. Já com o livre comércio, não haveria como favorecer grupos específicos, na presença de inexistência de tarifas.

1.2- História da liberalização comercial no Brasil

O final da década de 80, era um período de transição, já que permaneceram muitas restrições preexistentes. Produtos relacionados à informática, produtos importados que concorreriam com a produção doméstica, commodities agrícolas e outros ainda não recebiam incentivos tarifários. De fato a implementação da abertura comercial, só se deu no governo Collor.

Em 1990, o governo tomou medidas como: extinção de regimes especiais de importação, redução de diversas tarifas, isenção da proteção tarifária de produtos produzidos domesticamente similares aos importados. Houve também redução de tarifas do setor têxtil. Houve redução das alíquotas de importação de insumos e máquinas agrícolas. A redução das tarifas foi mais acentuada sobre bens de capital e intermediários menor sobre bens de consumo.

No período Collor, também foram tomadas várias medidas de estímulo à exportação e abertura das fronteiras: vedou a concessão de isenções tarifárias a produtos importados com similares domésticos, reduziu-se o índice mínimo de nacionalização exigida para obtenção de crédito, redução dos controles administrativos sobre a exportação e importação. Nos primeiros anos da década de 90, os setores mais protegidos eram os de transporte, vestuários, calçados, fumo e bebidas.

Com a introdução do plano Real, houve nova redução das tarifas nos anos de 1994 e 1995. Pode-se dizer também que a entrada do Brasil no Mercosul, causou certa perda de controle da política tarifária, se partirmos do pressuposto que alguns produtos devam ter alíquotas fixadas pelo acordo e diferentes da tarifa externa comum.

É importante ressaltar a importância da formação do Mercosul na abertura comercial brasileira. O objetivo dessa integração era o comércio, que deveria se

intensificar entre os países membros. O objetivo principal é promover o comércio e melhorar a competição no mercado externo.

É certo que durante crises, causa-se temor nos mercados, aumentando a proteção. Pode-se citar a crise asiática que causou desvalorização do Real, impactando o custo de produção e restringindo importações. No entanto, o que prevalece na década de 90 é a abertura comercial com a intensificação do comércio.

1.1-Evolução da alíquotas de importação

Imposto de importação						
Ano	90	91	92	93	94	95
Alíquota média simples	32.1	25.2	20.8	16.5	14	13.1

Fonte: Baumann et alli (1998).
Extraído do livro “O Brasil e a economia global”.

Antes do processo, o protecionismo representava uma proteção aos ineficientes. Pode-se dizer que favorecia aos setores incapazes de concorrer com o mercado externo.

O Brasil possuía um setor de tecnologia e capital com baixa eficiência e pouco desenvolvido. Isto fez com que fosse viável a entrada de empresas estrangeiras para exploração na área de tecnologia. Não havia crescimento deste setor, por parte das empresas estrangeiras. Pode-se dizer que com a liberalização seria positiva para alterar essa estrutura.

Proteção, que é defendida por muitos, provoca perdas de eficiência, já que limita o mercado, fazendo com que não seja possível se beneficiar com ganhos de escalas. A falta de concorrência é prejudicial, pois além da qualidade, o preço também é atingido.

Suponha que exista uma empresa A que produz com certa técnica que permite a produção de um número maior de produtos em menos tempo e com um melhor acabamento. A empresa B, concorrente de A, terá incentivo em estudar essa nova técnica ou buscar uma outra até melhor, para poder ganhar mercado. Quanto maior o número de empresas concorrentes, é um indício que estará havendo maior busca por eficiência no processo produtivo.

II- OS IMPACTOS SOFRIDOS NO SETOR PRODUTIVO

A liberalização proporcionou maior diversificação da estrutura industrial brasileira. Basta fazer certa comparação do período pré e pós a liberalização, esse processo. Essa diversificação também favoreceu, além do Pib, as exportações, que também ficaram mais diversificadas.

O Brasil era um país de economia com maior ênfase em produtos básicos, principalmente na pauta das exportações. Após o processo, é notável o aumento da importância dos manufaturados no Pib brasileiro e na receita de exportação.

2.1- Percentual dos manufaturados na pauta de exportação.

Ano	
89	18.6
90	17.0
91	17.8
92	20.8
93	23.4
94	25.0
95	25.6
96	26.4
97	29.2
98	29.4

Fonte: Secex/ mict. (média anual).

Note que em 10 anos, a participação dos manufaturados quase dobrou.

A partir de 1988, estrutura começou a mudar. Nos primeiros anos, observou-se um crescimento rápido da entrada de produtos importados, depois a velocidade de crescimento continuou positiva, mas menor. Neste mesmo período houve redução das tarifas protecionistas, que também tiveram velocidade maior no início do processo.

Nota-se uma correlação negativa entre os dois elementos citados: aumento de produtos importados e menores tarifas protecionistas.

O período promoveu melhora na produtividade a partir dos coeficientes acima descritos. Foi possível mudar também a pauta de exportação. Os produtos manufaturados tiveram papel mais destacado ao período anterior.

Pode-se dizer que o país sofreu uma evolução. Antes, a maior parte dos manufaturados eram adquiridos a partir de importação. Depois passou a ser desenvolvido internamente por empresas de capital nacional, que adquiriram tecnologia importada e por empresas estrangeiras instaladas no país. Houve ganho de eficiência e até passou a fazer parte da pauta de exportações brasileiras, diferindo de anteriormente no qual só fazia parte da pauta de importação.

É certo que os setores de tecnologia ainda possuem bastante espaço para expansão e desenvolvimento, mas fazendo uma breve comparação entre os períodos pré e pós, houve significativa evolução. Mesmo assim, o país continua com altos coeficientes de importação de produtos de alta tecnologia, o que indica alta necessidade de avanços internos no setor produtor, para que também aumente o coeficiente e exportação desses produtos.

Com o aumento da importância dos setores intensivos em tecnologia nas pautas o comércio exterior, tiveram como consequência a perda de outros setores, como os intensivos em mão-de-obra.

O ganho de eficiência o qual este trabalho se refere, advém da maior abertura do mercado, que aumenta o tamanho do mercado, permitindo maior ganho de escala. Sempre haverá uma “corrida” para se reduzir o custo médio de produção. Pois se não for adotada essa medida, corre-se o risco de ser eliminado do mercado. Este processo

não deixe de ser uma “peneira” das firmas eficientes, gerando conseqüentemente aumento da produtividade média da produção. A busca de novas técnicas, como já foi citado anteriormente, acaba gerando impactos positivos, com a descoberta de novas técnicas e a crescente busca por desenvolvimento de inovações.

Outro ponto a ser levantado é a quebra do poder de mercado de determinadas empresas, que antes se beneficiavam de algum status monopolista, a partir do processo da entrada de novos produtos, consumidores adquiriram maior poder de barganha. Essas empresas tiveram que se ajustar ao novo processo de aumento da concorrência ou então seriam eliminadas do mercado.

A afirmação levantada acima se dá com a observação da queda de mark-up. Como se observa na tabela abaixo, setores como os intensivos em mão-de-obra, apresentam variação maior, indicando que eram mais ineficientes antes da abertura. Os setores que apresentaram menor variação são os intensivos em recursos naturais, indicando que tínhamos vantagens comparativas. É interessante o caso de setores intensivos em mão de obra, apresentar variação alta, já que é um fator abundante em nosso país, mas mesmo assim ineficiente. Não tínhamos vantagens comparativas neste setor.

2.2- Variação do mark-up nos diversos setores no período de liberalização.

Setores	90/95	95/98	90/98
Capital	-23.2	-7.1	-28.8
Mão de obra	-27.5	-7.5	-33.6
Tecnologia	-22.7	-6.8	-26.3
Recursos naturais	-12.7	-0.2	-11.5

Total	-21.2	-5.3	-24.3
-------	-------	------	-------

Fonte: Baumann et alli (1998)

Extraído do livro “O Brasil e a economia global”.

Note que as variações maiores, ocorreram em maior grau no início do processo. Depois as mudanças continuam no mesmo sentido, mas com valores menores. Isto indica que o ganho de eficiência foi maior no primeiro período e mais tarde a velocidade desse ganho se reduziu um pouco.

Um fator que pode ser estudado dentro deste tema é a evolução do custo unitário da mão-de-obra como medida da competitividade da economia. A definição de custo unitário da mão de obra é o custo em dólares para a produção de uma unidade de produto. Pode-se considerar que esse indicador seria uma proxy para o custo total da produção se fizermos uma hipótese de que os demais custos aumentaram menos que a mão de obra.

De fato houve crescimento da produtividade da mão de obra cresceu ao longo do período a partir de 1988, mas também ocorreu aumento do salário médio. A primeira cresceu 61.7% e o segundo aumentou 84% medidos em dólar. Portanto o custo da mão de obra unitária aumentou, provocando perda de competitividade, mesmo com o aumento da produtividade. Isto indica que nem sempre um aumento de produtividade implicará em aumento de competitividade.

2.3- Índice do custo unitário da mão de obra

Ano	produtividade	salário médio	custo unitário
1988	103	73.1	70.9
1989	103.9	104.7	100.8
1990	100	100	100
1991	108.4	91.2	84.2
1992	113	98.1	86.9
1993	123.8	114.7	92.7
1994	136.2	130.8	96.1

1995	141.4	161	113.9
1996	161.8	184	113.8
1997	180.1	188.5	104.7

Fonte: IPEA.

Diante do cenário da liberalização, houve reestruturação produtiva nas empresas, de modo a aumentar a produtividade e manter um nível mínimo de competitividade que permitisse a sua permanência no mercado.

Sabe-se que diante do passado histórico brasileiro, suas empresas brasileiras estavam aquém da competição internacional. Diante da abertura, essas empresas se depararam com dificuldades, provocando a saída de algumas delas do mercado.

A política dos anos 90, denominada neoliberal, objetivava atingir esse aumento de competitividade. Foram feitas diversas privatizações, legislação antitruste e elaborou-se novas regras para investimentos externos.

Foram adotados nas empresas, programas e controle de qualidade; terceirização; concentração em linhas de produtos; redução de processos produtivos; enxugamento do quadro funcional, que provocou consequências abordadas no capítulo anterior deste presente trabalho.

O cenário econômico do período era marcado por características ligadas à décadas anteriores, como: mão-de-obra pouco qualificada, recessão, queda do emprego industrial, flexibilidade, possíveis substituições de contratos de trabalho por contratos comerciais. A tecnologia passou a ser usada para eliminar trabalhos não qualificados.

As empresas apresentaram maior rotatividade da mão de obra no setor formal, aumento de investimentos em capital humano específicos, aumento da participação de trabalhadores qualificados e redução dos não qualificados.

Todos os métodos adotados pelas empresas, tinham como escopo a redução de custos. Houve mudança da postura subordinada à uma estabilização para um horizonte reestruturação com a presença de estratégias de negócios. Cada empresa teve de redefinir sua ocupação no mercado, considerando seu grau de competitividade, sua

posição na cadeia produtiva, suas habilidades organizacionais que seriam importantes para sua sobrevivência.

A competitividade era o fator mais relevante a ser considerado pelas empresas, este fator é o que gera diferenciação. Havia uma estrutura de atrasos em relação à concorrência e as empresas que superaram mais rapidamente essa herança, seriam as que destacariam. Empresas inovaram em tecnologia, criaram novos produtos e fizeram nova organização de suas operações.

Para muitas empresas foram feitos investimentos em ativos fixos às substituições necessárias devido à baixa inovação tecnológica preexistente, o que representava limites à tentativa de desenvolvimento de novos produtos. Visavam atingir métodos de produção inovadores como por exemplo, o enxugamento do processo.

Para conseguir reduções de custos, foram feitos reduções dos níveis de estoque, redução do tempo de produção, linearização de processos produtivos, controle estatístico de qualidade, padronização de operações, políticas de melhoria do pessoal, com programas de aprendizado. O controle de qualidade total foi mais usado pelo setor siderúrgico, já estudado em capítulo anterior.

Foi comum a terceirização de parte da operação produtiva e serviços de suporte. O eixo central das medidas era a manutenção ou melhoria do desempenho em entrega e qualidade, com ampliação da produção e redução de custos.

IV– TRANSFORMAÇÕES SOFRIDAS NAS EMPRESAS COM ÊNFASE NO SETOR SIDERÚRGICO

A liberalização comercial marcou mais ainda a saída do setor público, com o aumento do setor privado no campo produtivo brasileiro. Com a entrada do capital

estrangeiro, houve maior expansão do compartilhamento de sócios nacionais e estrangeiros. Antes, predominavam empresas de capitais estrangeiros ou nacionais, a partir da liberalização, houve aumento constante das alianças de grupos nacionais e estrangeiros.

É certo que houve acirramento da concorrência entre empresas com a abertura de fronteiras, causando certas mudanças de estratégia das empresas brasileiras, na busca de melhor eficiência. Foram feitas várias fusões e aquisições para se obter concentração produtiva e elevar a escala de produção.

Foi possível, a partir desta estratégia, melhorar o padrão tecnológico, criando novas oportunidades de investimentos, aumentando o campo de atuação. As transações de valores mais elevados são os setores intensivos em capital como o caso de empresas de telecomunicações, energia elétrica, metalurgia.

Houve aumento das parcerias entre empresas nacionais e estrangeiras para participarem das privatizações. As privatizações de empresas estatais, decorrem de setores como energia, metalurgia, siderurgia, telecomunicações, petroquímica. O capital estrangeiro teve grande atuação nesse processo. Outro ponto a destacar foi o aumento do número de sócios controladores com menor parcela de capital, constituindo controle compartilhado.

São exemplos concretos de que associações e fusões apropriadas com a liberalização trouxeram ganho de produtividade. Empresas do setor fizeram aquisições e fusões para ampliar o mercado de atuação. Quanto a este processo, pode-se exemplificar o caso da Usiminas que entrou com capital nas duas maiores empresas do setor: Fasal e Rio Negro. Além de fazer associação com a CVRD, formando a Univale e arrendando a Companhia Paulista de Ferroligas.

Como consequência dessa parcerias e fusões, houve aumento do nível de produção das empresas, maior eficiência, aumento da lucratividade, melhoria de indicadores financeiros, aumento de investimentos. Houve aumento dos incentivos a boa gestão, o que era inexistente, anteriormente ao processo. Com capital privado, aumenta a supervisão e punição de ineficiências. Partindo desta análise, conclui-se que foi positiva a privatização no âmbito industrial.

A privatização acompanhada da liberalização aumentou o estímulo à competição, gerando melhores resultados financeiros, a partir do aumento de eficiência segundo Arnaldo Castellar (1996). Foi notável o ganho de produtividade das empresas brasileiras após a abertura.

4.1- Variação da produtividade do trabalho por setor da indústria de transformação(%) nos anos de 93-97.

	PIA	Contas nacionais	Pim
Siderurgia	43.2	63.2	-
Borracha	9.4	35.1	25.4
Farmacêutica	25.8	-	18.3
Perfumaria	56.3	-	20.7
Mat. Plástico	49.9	21.7	46.4
Calçados	20.8	12.4	-
Café	89.5	0.3	-
Fumo	-54.9	-	66.1
Abate	33	8.2	-
Leite	87.7	-4.1	-
Açúcar	23.9	-9.1	-
Bebidas	44.7	-	32.9

Automóveis	350.2	97.8	-
------------	-------	------	---

Fonte: IBGE.

Em setores intensivos em capital, como energia e telecomunicações, houve a cisão ou leilão de muitas empresas, como no caso da Cesp, em que a empresa de geração se separou da empresa de transmissão, visando melhoria na eficiência, daí a limitação do espaço da atuação.

O setor siderúrgico sofreu fortes impactos e como exemplo dessas incorporações, podemos citar a Belgo- Mineira que assumiu o controle integral da Siderúrgica Dedini. A partir da incorporação, houve reestruturação da empresa, com o objetivo de otimizar a produção.

Entre outros exemplos de melhoria, pode-se citar o caso da Usiminas, que após a privatização, houve maior crescimento nas vendas, causando elevação do lucro líquido, foi possível atingir crescimento da produção de aço laminado.

Com a liberalização, houve reestruturação da indústria siderúrgica. Pode-se dizer que no final da década passada, a produtividade do setor era um pouco menor que o Japão, país líder na fabricação de aço. Alguns anos após a liberalização, houve crescente aumento da produtividade, chegando a atingir níveis de 80% da produtividade do Japão segundo o BID.

Com o fim da interferência do Estado, construiu-se um setor siderúrgico dirigido para o comércio internacional. A maior concorrência fez com que as empresas visem produzir de acordo com as necessidades dos clientes. Este setor se diferenciou um pouco dos demais, não há companhias siderúrgicas verdadeiramente multinacionais no Brasil,

o aço vendido no mercado mundial é produzido e fornecido internamente, este ponto não foi afetado pela liberalização.

4.2- Grau de abertura do setor siderúrgico

ano	Coeficiente de exportação/ produção	Coeficiente de importação/ produção
1989	16.4	1.9
1990	17.7	1.9
1991	24.8	2.8
1992	34.8	4.5
1993	31.0	3.3
1994	29.7	3.8
1995	31.0	5.9
1996	30.7	5.5
1997	27.1	6.7
1998	29.0	8.8

Fonte: elaborada por Maurício Mesquita Moreira. Extraída do livro "A economia brasileira nos anos 90".

Em suma, a retirada do Estado, representou liberdade de cortar custos, é certo que causou impactos negativos no emprego, com o aumento da relação produção de aço/homem.

Como exemplo de melhoria na tecnologia, é o caso da Alcan Alumínio do Brasil, empresa não estatal, que foi a primeira a formar chapas laminadas de alumínio para a fabricação de latinhas segundo Gazeta Mercantil (23/5/95).

V – O EMPREGO DIANTE DA LIBERALIZAÇÃO

Em resposta à abertura comercial, houve reestruturação organizacional e proutiva das empresas, causando “enxugamento” do pessoal. Em contrapartida, houve aumento da produtividade.

No período dessa abertura, foi notável grande aumento na parcela de empregados, sem carteira ou trabalhando por conta própria. Houve a deterioração da qualidade do emprego, fazendo com que o foco do problema mude da capacidade de geração de emprego para qualidade do emprego. Houve grande aumento da informalidade, e a deterioração das condições trabalhistas.

Com o enxugamento do quadro de pessoal para redução de custos e ampliação da margem para redução de preços, houve migração da mão de obra qualificada para o setor informal. Ocorreu certa mudança na estrutura de empregos, já que antes o pequeno setor informal era constituído por mão de obra não qualificada e após a abertura haverá aumento do setor. A mão de obra desempregada nos setores tradicionais migrou para a informalidade.

5.1- Fração dos trabalhadores que trabalham por conta própria

	91	92	93	94	95	96
nível 1	20%	21%	22%	23%	24%	25%
nível 2	13%	13%	14%	15%	16%	17%
nível 3	7%	7%	8%	8%	10%	11%

Fonte: IBGE . Extraído do livro "Desafios de um país em transformação".

nível 1: até 8 anos de escolaridade e recebe até 1 salário mínimo.

nível 2: 8 anos de escolaridade e recebe mais de 2 salários mínimos

nível 3: mais de 8 anos de escolaridade e recebe mais de 5 salários mínimos.

A partir da tabela acima, é notável a maior concentração de pessoal no nível 1. O crescimento do nível 1 foi em torno de 22% e do nível 3 em torno de 60%, portanto demonstra o aumento da mão de obra qualificada no setor informal.

Houve enxugamento do setor anteriormente protegido e expansão do setor de serviços. A concorrência internacional aumentou diante da abertura, ocorreu a globalização da produção, com mudanças tecnológicas e a busca de custos unitários do trabalho mais baixos.

A partir da abertura de fronteiras, aumentou a flexibilização das relações trabalhistas, o setor informal não oferece garantias trabalhistas. A legislação brasileira é composta por custos de demissão relativamente baixos, os elevados encargos trabalhistas também contribuem para o aumento da informalidade, o seguro desemprego também estimula esse processo. Portanto, além da abertura, pode-se dizer que o tipo de legislação trabalhista também contribuiu para o aumento da informalidade.

A liberalização fez com que setores produtores de bens comerciais competissem com importados de melhor qualidade e mais baratos. Com isso foi imprescindível o aumento da produtividade, dado um nível de produção, causando queda do nível de emprego industrial.

Segundo dados estatísticos do IBGE, o desemprego aumentou a partir de 1990, caiu a partir de 1993 e aumentou novamente pós 1995. Quanto maior a produtividade o setor industrial, menor o nível de emprego do setor, para um dado nível de produção. A redução do emprego tem sido compensada por um aumento das áreas de comércio e serviços, portanto o problema do emprego no período de 1990-1996 se relaciona mais à queda do emprego industrial e não do nível de emprego em geral.

A queda das barreiras comerciais fez com que alguns setores se tornassem não competitivos e causou sua redução e outros aumentaram a produtividade em função da concorrência. Nos dois casos referidos, houve redução da taxa de geração de postos de trabalho para uma mesma taxa de crescimento econômico.

Estas alterações são resultado da ausência de política que reestruturasse as indústrias afetadas pela competição, além da valorização da moeda e elevadas taxas de juros que prejudicavam a reestruturação. A reação dessas empresas foi abandono da linha de produtos, racionalização da produção e importação de máquinas e insumos. Os

desempregados dessa modernização não tiveram oportunidades, já que a economia não se encontrava em trajetória de crescimento suficiente para incorporar essa massa desempregada.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por escopo analisar as mudanças sofridas decorrentes do processo de liberalização. Dentre as principais mudanças ocorridas na indústria, pode-se considerar: evolução do processo produtivo, com substancial melhora nos padrões de eficiência diante do aumento da competitividade, falência das empresas ineficientes, aumento do compartilhamento entre os sócios nacionais e estrangeiros, maior acesso à tecnologia externa, aumento do setor informal e maior flexibilização trabalhista, aumento da produtividade.

Empresas fizeram reestruturação interna, de modo a definir estratégias que permitissem melhor desempenho competitivo. Aumentou as pesquisas internas para redução de custos e a busca de maior produção/ homem. Dentro desse processo, apenas sobreviveriam as que possuísem diferenciação. Neste aspecto, foi positivo para o

mercado como um todo, já que a oferta dos produtos teve sua qualidade e diversidade aumentada.

Foi adotado como princípio, a busca de fazer bem e melhor do que os outros (Quinn, 1992), denominando-se habilidades organizacionais diferenciadas. Houve a transposição da estratégia competitiva para o âmbito do sistema produtivo.

O quadro macroeconômico era baixas taxas de crescimento, elevadas taxas de inflação, preços de máquinas e equipamentos elevados, algumas restrições para importações de insumos. A penas através das inovações tecnológicas, seria possível criar novos produtos e reduzir custos das operações produtivas, que mais tarde geraria aumento do PIB.

Toda a reestruturação citada anteriormente, teve como ponto base, o enxugamento do quadro de pessoal, reduzindo o nível de emprego do setor formal e aumento da economia informal. Houve expressivo aumento da produtividade da indústria com o quadro de pessoal que permaneceu no setor formal;

A abertura também propiciou a invasão dos importados, gerando a concorrência já explicada anteriormente. Ao mesmo tempo, representou certa pressão para queda dos preços. Mesmo com a relação coeficiente de M/Pib maior que antes da abertura, constituía um resultado melhor, diante do crescimento contínuo do PIB, que era estagnado antes do processo.

Houve maior terceirização da produção, as etapas produtivas se dividiam, aumentou-se a especialização e concentração de cada empresa na realização de cada estágio do processo. Por exemplo, pode-se citar a indústria automobilística, a qual teve os índices de nacionalização reduzidos, com os grandes volumes de autopeças importados. Este processo vem se revertendo atualmente, no qual busca-se fornecedores

locais, já que está aumentando as escalas produtivas e seria muito custoso importar todos os insumos.

A seção de trabalho focada na produtividade, objetivou relacionar este processo com a liberalização comercial do início da década de 90. As empresas se modernizaram, visando ultrapassar as barreiras para concorrerem no mercado internacional. A liberalização contribuiu para reduzir obstáculos que havia quanto aos incentivos de busca por maior produtividade. Como consequência positiva, pode se exemplificar a trajetória mais eficiente e sustentável de desenvolvimento das empresas brasileiras. Como é o caso do setor siderúrgico.

No caso específico do setor siderúrgico, houve o início do processo de privatização, que se enfatizou mais nos anos de 1992 e 1993. O processo se deu de forma consentida, ou seja, os compradores do controle acionário foram empresas atuantes no setor. Pode-se citar como uma característica deste processo no setor: havia certa restrição à participação do capital internacional, permitindo no máximo a aquisição de 40% das ações ordinárias. No Brasil, pode se considerar que a restrição foi moderada, se comparada com outros países, como o Chile.

Em nível mundial era comum a venda de ações dos empregados, o que não ocorreu no caso brasileiro. Esta atividade era de intensidade irrelevante. Foi comum a utilização de leilão, que possibilita maior transparência ao processo. Houve também elevação da produção/homem, refletindo toda a reestruturação interna já citada, que objetivou redução de custo e menor dinamismo do processo produtivo.

Como já foi observado anteriormente, houve uma significativa elevação da produtividade do trabalho ao longo do período de abertura. É certo que no período 1990-1992, houve bons fundamentos macroeconômicos, que contribuiu para esse

processo, como taxas negativas de crescimento e elevação da taxa de inflação, induzindo que empresas cortassem custos e elevassem a produtividade. Mesmo assim, pode-se dizer que os impactos da abertura foi na direção esperada, não poderia ter ocorrido elevação substancial nos coeficientes de importação e exportação, dado o passadohistórico de substituição de importação. Houve redução de custos, maiores incentivos à concorrência de importados, o que representava saldo positivo em termos de crescimento econômico.

Outro ponto enfocado nesta monografia foi a questão do emprego. Segundo Moreira e Nayberg (1998), o custo- emprego no curto prazo foi relativamente pequeno, a intensificação do comércio exterior favoreceu atividades mais intensivas em capital e trabalho de alta qualificação.

O desemprego não sofreu grandes impactos no período como um todo do processo de abertura, as taxas se mantiveram relativamente constantes. NO curto prazo, pode se dizer que até ocorreu certa elevação da taxa, como principal causa do baixo nível de crescimento da economia. Houve mudança na estrutura de emprego, com a migração de parcela da economia formal para setores informais. Esta parcela em sua maioria era constituída por pessoas de menor qualificação. D qualquer modo, a absorção pelo setor informal e setores como de serviços, foi importante partindo do pressuposto que evitou o aumento da taxa de desemprego. A partir de 1996, essa capacidade de absorção já é bem menor se compararmos ao início da década.

O processo de liberalização deve ocorrer de forma não muito rápida para não sobrecarregar os custos do ajuste e a ordem deve ser primeiro a liberalização do mercado de bens e depois de capitais, pois este último se ajusta mais rapidamente que o primeiro. Se ocorressem os dois processo simultaneamente, poderia dificultar a adoção

de políticas macroeconômicas corretas, por haver certa dificuldade em distinguir a causa dos efeitos que estivessem ocorrendo.

No Brasil, a liberalização foi de fato gradual, com redução tarifária nos primeiros anos e menos acentuada a partir de 1992. O processo se deu simultaneamente nos mercados de bens e capital. A partir de janeiro de 1989, introduziu-se taxas flutuantes nas operações relacionadas ao turismo, expandindo a conversibilidade da moeda, permitindo o acesso direto de investidores institucionais estrangeiros ao mercado acionário e renda fixa.

Fazendo análise mais ampla, o processo de liberalização, permitiu que inovações tecnológicas chegassem mais rapidamente aos países em desenvolvimento, permitiu melhor reestruturação do setor produtivo.... Em contrapartida pode-se afirmar que as dependências em relação às economias avançadas permaneceram. Economias em desenvolvimento estão concorrendo com os produtos das economias avançadas, para isto é preciso inovações tecnológicas compatível, para uma melhor qualidade do produto e redução do custo de produção. O grau de dependência tecnológica a outros países mais avançados ainda permanece.

Se pretendeu aqui estabelecer os efeitos microeconômicos em função dos indicadores macroeconômicos da economia industrial brasileira, A propositura desta monografia é levantar as consequências gerais na economia no âmbito das empresas e fundamentar a posição de que o efeito líquido do processo foi positivo, ou seja, considerando todas as desvantagens e vantagens, estas últimas prevaleceriam sobre as primeiras. É inegável que a liberalização comercial representou importante etapa para o desenvolvimento da economia brasileira, em vários aspectos, sendo um deles, as indústrias brasileiras, refletindo diretamente no nível de crescimento econômico!

BIBLIOGRAFIA

BARROS, J. R. Mendonça. “Avaliação do processo de reestruturção industrial brasileiro”. Revista de Economia Política. V 17 n° 2. abr/ jun 1997.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. “Macroeconomia”. Makron Books. 5ª edição. 1991.

GAZETA MERCANTIL. 1993, 1994, 1995 (vários números).

BAUMANN, Renato; et alli. “O Brasil e a Economia Global”. Editora Campus. 1996.

MOREIRA, M. M. Correa. “Abertura Comercial e Indústria, Revista de Economia Política”. V. 17 n° 2”. Editora 34. abr/jun 1997.

VELLOSO, José Paulo dos Reis, Edmar Bacha; et alli. “Brasil: Desafios de um país em transformação”. Editora José Olympio. 1997.

PAULA, Germano M. de. “Privatização da Siderurgia”. Revista de Economia Política. V. 17 n° 2 Editora 34. abr/jun 1997.

REZENDE, Gervásio Castro de; NONNENBERG, Marcelo José Braga; MARQUES, Maurício Cesar. “Abertura Comercial: Financiamento da Importações e o Impacto sobre o setor agrícola”. IPEA. 1997.

MEJÍA, Edna Camacho; VEGA, Claudio González; “Apertura Comercial y Ajuste de Las Empresas”. Academia de Centro Americana. Centro Internacional para el desarrollo económico. Primera edición. 1992.

LOCATELLI, Ronaldo Lamounier. “Industrialização, crescimento e emprego: uma avaliação da experiência brasileira”. IPEA. 1985.

MOREIRA, Maurício Mesquita; CORREA, Paulo Guilherme. “Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo”. TD 49. BNDES. 1996.

SOUTO, Marcos Jurema Vilele. “Desestatização: Privatização, Concessões e Terceirizações”. Lumen Juris editora. 2000.

CORREA, Paulo Guilherme. “Abertura Comercial e Reestruturação Industrial no Brasil: Deve o estado intervir”. TD 45. BNDES. 1996.

- OBSTEFELD, Krugman. “Economia Internacional”. Makron Books. 4ª edição. 1999.

MENDES, Ana Gláucia. “Liberalização de mercado e integração econômica do Mercosul”. IPEA. Janeiro de 1994.

URANI, Andre. “Liberalization, Stabilization and poverty in Latin America during the 1990`s”. TD 445, IPEA. Outubro de 1996,

PINHEIRO, Armando Castellar. “Structural Adjustment and Privatization in Brazil”. TD 356; IPEA. Novembro de 1994